

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

SEXO E SEXUALIDADE: A PERSPECTIVA DO TEMA POR PROFESSORES DA
REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO

Viviane Gomes dos Santos

São Carlos

2024

VIVIANE GOMES DOS SANTOS

SEXO E SEXUALIDADE: A PERSPECTIVA DO TEMA POR PROFESSORES DA
REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para a conclusão do
Curso de Licenciatura em Ciências
Biológicas pela Universidade Federal de São
Carlos.

Orientador: Mariana dos Santos

São Carlos

2024

Nº Cutter [Sobrenome, nome].
[Título : Subtítulo(se houver)] / [Nome e sobrenome].
— [ano].
[qtd. de folhas] f.

Trabalho de Conclusão de Curso (tipo de curso) –
[Instituição nome completo], [Local], [ano]

1. [primeira entrada de assunto]. 2. [segunda entrada
de assunto]. 3. [terceira entrada de assunto]. I. Título.

CDD [número da CDD].

SEXO E SEXUALIDADE: A PERSPECTIVA DO TEMA POR PROFESSORES DA
REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO

Viviane Gomes dos Santos

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para a conclusão do
Curso de Licenciatura em Ciências
Biológicas pela Universidade Federal de São
Carlos.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora

Profa. Dra. Mariana dos Santos
Universidade Federal de São Carlos

Membro da banca

Douglas Verrangia Correa da Silva
Universidade Federal de São Carlos

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente as entidades que me acompanham, que me dão suporte, recarregam minhas forças e orientam meu caminho pela vida com suas luzes.

A minha família, que me permitiu chegar até aqui. Em especial ao meu tio, que desencarnou a 12 anos mas sempre me incentivou a estudar. E a minha avó, a pessoa mais importante da minha vida.

Agradeço à minha namorada, pelo incentivo, apoio e companheirismo em todos os momentos e áreas da minha vida. Sou grata pela sua crença em meu potencial.

Agradeço à minha orientadora, professora incrível, que me ajudou pacientemente nesse processo de formação. Além da orientação acadêmica, estendo meus agradecimentos pelo apoio psicológico que me concedeu em momentos de dificuldade.

RESUMO

A história da Educação Sexual no Brasil é marcada por diversas formas de retrocesso e censura. Controlado por uma moral religiosa e conservadora, o país encara o assunto com cada vez mais aversão, resultando em um ensino deficitário e desafiante. Nesse cenário, o presente trabalho buscou entender de que forma os professores de ciências e biologia percebem a Educação Sexual. Para essa pesquisa, foi utilizada uma abordagem qualitativa, a qual possuiu como ferramenta fundamental a entrevista semi-estruturada, realizada com docentes da rede pública da cidade de São Carlos - SP. Os dados obtidos da entrevista foram analisados sob a luz da Análise Textual Discursiva, da qual se derivou três dimensões consideradas relevantes: A Formação Inicial dos Educadores, A Importância Atribuída ao Tema Dentro do Contexto Educacional e O Nível de Conhecimento Sobre Gênero e Sexualidade. Ao discutir esses fatores foi possível refletir sobre como podemos construir a identidade do educador sexual, aspectos de um ambiente saudável para a discussão, a implementação de um currículo mais coerente com os debates atuais e os desafios encontrados em relação ao ensino.

Palavras-chave: 1.Educador Sexual. 2.Percepção Docente. 3.Gênero e Sexualidade. 4.Ensino Democrático

ABSTRACT

The history of Sex Education in Brazil is marked by various forms of regression and censorship. Controlled by a religious and conservative morality, the country is increasingly averse to the subject, resulting in deficient and challenger teaching. In this scenario, this work aimed to understand how science and biology teachers perceive Sex Education. For this research, we employed a qualitative approach, which had as a basic tool the semi-structured interview, conducted with teachers from the public school system of São Carlos - SP. The data from the interview was analyzed under the framework of Textual Discourse Analysis, by which three relevant dimensions emerged: Initial Teacher Training, The Importance of the Content in Educational Context and The Level of Knowledge About Gender and Sexuality. By discussing these factors, it was possible to reflect on how we can build the identity of the sex educator, aspects of a healthy environment for discussion, the implementation of a curriculum more consistent with current debates, and the challenges of Sex Education.

Key-words: 1.Sex Educator. 2.Teacher Perception. 3.Gender and Sexuality. 4.Democratic Education

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
OMS	Organização Mundial da Saúde
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Interssexuais, Assexuais, Pansexuais e Não Binários (e outras identidades sexuais e de gênero)
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
ATD	Análise Textual Discursiva
WAS	World Association for Sexual Health
PNE	Plano Nacional de Educação
SUS	Sistema Único de Saúde
HPV	Vírus do Papiloma Humano

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. OBJETIVOS	17
2.1 GERAL	17
2.2 ESPECÍFICOS	17
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	18
3.1 PAPEL DO PROFESSOR COMO EDUCADOR SEXUAL	18
3.2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL	19
3.3 COMBATE À CENSURA DO CONHECIMENTO	20
4. METODOLOGIA	21
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
5.1 FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A EDUCAÇÃO SEXUAL	24
5.2 IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO ESCOLAR	26
5.3 ABORDAGEM DA TEMÁTICA EM SALA DE AULA	32
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
7. REFERÊNCIAS	48
APÊNDICE A	53

1.INTRODUÇÃO

A adolescência representa o período de desenvolvimento entre a infância e a vida adulta, é nela que ocorrem transformações significativas em relação à características corporais, produção de hormônios, formação de identidade e amadurecimento cognitivo, emocional e social (Papalia, 2013). Ainda sobre esse período do desenvolvimento, segundo a teoria walloniana, estamos em busca de conhecimentos voltados a nós mesmos, procuramos entender nossas próprias emoções, sentimentos, desejos, valores; e iniciamos o processo de compreender nossa própria consciência e como impactamos o mundo à nossa volta.

Uma das questões que surgem nessa fase da vida é a sexualidade, em meio à busca do conhecimento em relação ao próprio corpo e identidade, muitos jovens iniciam sua vida sexual nesse período. De acordo com dados do IBGE, 54,7% dos adolescentes de 16 e 17 anos de ambos os sexos já tiveram sua primeira relação sexual, porém, cerca de 30% dos entrevistados não usaram preservativo na ocasião nem começaram a utilizá-lo posteriormente. Esse índice já se mostrou diretamente relacionado aos números de casos de HIV entre os adolescentes, que vem aumentando ao longo dos anos (Willemann, 2019). Além disso, segundo uma pesquisa de caráter qualitativo realizada em uma escola estadual na cidade de Cuiabá, o número de adolescentes que desconhecem características morfológicas e fisiológicas do próprio corpo, são desinformados sobre anticoncepcionais e não praticam sexo seguro, é alto e se relaciona diretamente com a taxa de risco de contração de ISTs, gravidez precoce e ao uso inadequado de métodos contraceptivos, além de alta evasão escolar, desenvolvimento de transtornos mentais na juventude e abandono (Martins, 2014). Esses dados nos mostram a carência do Ensino Básico em relação aos conteúdos da Educação Sexual, uma vez que o ambiente escolar deveria representar um meio para a discussão do assunto entre os jovens.

O conceito de gênero é um dos assuntos dentro da Educação Sexual que vem se tornando cada vez mais relevante e sendo cobrado até mesmo pelos próprios alunos, já que, paralelamente, é considerado polêmico pelo grupo

dominante conservador do país, levando a várias tentativas de censura nas escolas. Entretanto, assim como a identidade étnica racial, o gênero é uma construção social, e nós, enquanto seres sociais, devemos sempre abordar o tema de forma a transpassar as perspectivas socioculturais (Silva, 2020), além de debater sobre a identidade de gênero e orientação sexual de maneira natural, visto que são intrínsecas a essência da espécie humana. Porém, infelizmente é possível observar que o conceito de gênero é abordado de maneira simplista e frequentemente reduzindo o termo “gênero” a binaridade feminino/masculino.

Ao analisar a história da Educação Sexual nas escolas brasileiras, são percebidas ações políticas sempre conservadoras, desde o início dos anos 1930, já com a Educação Sexual introduzida nas escolas, seu principal foco era em torno da eugenia e do controle social, de maneira higienista e com grande influência da igreja católica (Silva, 2018). Apesar de apresentar algumas tentativas de avanço na questão do debate do sexo, sexualidade e respeito a diversidade, a educação brasileira sofreu diversas repressões por parte da classe dominante, significativamente tomada pela moral católica.

No presente contexto do país, é possível perceber as consequências dessa constante repressão: o discurso médico higienista continua sendo o principal foco nas aulas de Educação Sexual. Apesar do conteúdo estar presente tanto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN 's) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os dois documentos são desproporcionais em relação à ênfase dada ao assunto. Nos PCN 's de Ciências Naturais do terceiro e quarto ciclo do Ensino Fundamental é possível encontrar significativas menções à importância e relevância dessa discussão nas instituições de ensino, em contrapartida, em seus objetivos o tema é simplificado, enfatizando especialmente as problemáticas da gravidez indesejada e a transmissão de IST' s. Por outro lado, na BNCC não é possível sequer encontrar a palavra “gênero” no corpo do texto, demonstrando a falta de interesse extrema em introduzir debates sobre as questões sociais, políticas, econômicas e culturais do espectro da sexualidade humana, bem como em promover o respeito às diversas formas de identidade.

A hipersexualização nas mídias digitais tem um impacto direto na forma como os adolescentes entendem a sexualidade, afetando seus comportamentos e

relacionamentos. Por outro lado, enquanto a mídia trata do tema de maneira cada vez mais explícita, muitas escolas ainda evitam falar sobre a sexualidade de forma aberta. Essa falta de diálogo nas instituições de ensino acaba dificultando o desenvolvimento de uma visão saudável e crítica sobre o assunto, deixando os jovens mais suscetíveis a uma vida sexual de risco. O número de adolescentes que não têm praticamente nenhum conhecimento acerca da importância de utilizar recursos para um sexo seguro ou até mesmo sobre o funcionamento fisiológico dos sistemas reprodutivos feminino e masculino é alarmante, podendo-se reconhecer o reflexo dessa sociedade em alguns dados da OMS, por exemplo, é estimado que 1 a cada 4 mulheres adolescentes tem uma IST. Além disso, infelizmente, vivemos em uma sociedade repleta de tabus e preconceitos, na qual os diversos espectros e dimensões da sexualidade ainda não são abordados com a devida importância e empatia.

Uma situação recente envolvendo vereadores e uma escola pública de educação básica da cidade de São Carlos-SP demonstra um exemplo claro de como toda essa repressão ao longo da história, por parte dos conservadores, afetou a abordagem da Educação Sexual em escolas na atualidade. No ano de 2018, foi realizado pela Escola Municipal Carmine Botta, um trabalho sobre o respeito em relação às diversas religiões existentes e às orientações sexuais e identidades de gênero com os alunos do 9º ano. Nessa atividade, foram feitos diversos cartazes com dados estatísticos sobre a intolerância sofrida frequentemente tanto pela comunidade LGBTQIAPN+, quanto por religiões não-cristãs. Ao ficarem expostos nas paredes da escola, alguns cartazes foram arrancados por quatro vereadores que tomando conhecimento da atividade, se dirigiram até a escola para questionar qual era seu objetivo e alegaram estarem combatendo a “ideologia de gênero”.

Percebe-se que é muito comum na manipulação de massas, o uso do pânico moral, estratégia que, aqui, utiliza da moral e bons costumes para justificar de forma desconexa o controle dos conteúdos ensinados no Ensino Básico, sob a argumentação falaciosa de que as instituições de ensino pretendem implantar ideologias marxistas em sala de aula, destruindo assim as famílias tradicionais e cristãs (Miguel, 2021). Infelizmente, ao causar esse pânico sobre algo, torna-se mais difícil o debate e discussão do assunto nas escolas, local esse, que deveria ser o

ambiente ideal justamente para a reflexão, construção do conhecimento, formação de um pensamento crítico e fomento à cultura do respeito.

Por conta da falta de informações coerentes e seguras disponíveis para os jovens e da questão moral da sociedade, visto a história da formação da Educação Sexual no Brasil, o assunto torna-se um dos conteúdos mais importantes de todo o currículo da Educação Básica. Sendo assim, é urgente compreender quais são as perspectivas dos professores da rede pública de ensino sobre a abordagem da Educação Sexual nas escolas, sobre o processo formativo dos docentes em relação ao assunto e se buscam superar os desafios no caminho de uma Educação Sexual crítica, contextualizada e saudável.

2. OBJETIVOS

2.1 GERAL

Compreender as perspectivas de professores de escolas públicas da cidade de São Carlos sobre a formação inicial para abordagem de temas relacionados a sexo, sexualidade e gênero em suas aulas.

2.2 ESPECÍFICOS

- Entender de que maneira os docentes percebem sua formação inicial com relação a temas que envolvem Educação Sexual.
- Analisar as formas de abordagem dos temas Sexo, Sexualidade e Gênero por professores da rede pública estadual em sala de aula.
- Compreender possíveis obstáculos à abordagem de temáticas relacionadas à Educação Sexual em sala de aula que são percebidas pelos professores.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 PAPEL DO PROFESSOR COMO EDUCADOR SEXUAL

Figueiró (2007) apresenta algumas ideias referentes a forma de abordar o tema sexo e sexualidade, segundo a autora, o papel do educador sexual, o qual não necessariamente é o professor de biologia, é tornar a escola um espaço no qual os alunos possam pensar e discutir suas opiniões sobre todo aspecto relacionado a sexualidade, tanto da perspectiva biológica como da perspectiva cultural. As diversas oportunidades que surgem em sala de aula para tratar do tema com naturalidade devem ser aproveitadas e não evitadas, a fim de que as perguntas e curiosidades dos alunos não sejam apenas respondidas, mas conversadas.

A formação de professores deve apresentar uma atenção especial ao assunto de acordo com Desidério (2014), visto que o conservadorismo muito presente em nossa sociedade resulta na disseminação de informações equivocadas sobre a sexualidade humana, sendo inclusive, uma das explicações para a alta taxa de desinformação acerca da anatomia e fisiologia do próprio corpo por parte dos jovens, ressaltando a necessidade de implementar projetos nas escolas que visem promover o conhecimento sobre essas questões entre os adolescentes. A falta de orientação sobre o sexo seguro e a irresponsabilidade quanto á saúde sexual nos leva a elevados números nos índices de ISTs entre os adolescentes, como demonstra Martins (2014).

Além disso, o Ministério da Saúde aponta que 55% das adolescentes sexualmente ativas nunca utilizaram nenhum método anticoncepcional, dado que corrobora com as estatísticas de gravidez precoce, que mostram que a maioria das adolescentes grávidas não se planejaram para a gestação.

Segundo Guimarães (2003), alguns dados coletados mostram a necessidade de uma maior discussão sobre métodos contraceptivos na escola, visto que grande parte dos adolescentes citou revistas, livros, jornais, televisão e rádio como principais fontes de informação sobre métodos anticoncepcionais.

De acordo com Souza e Milani (2020), o tema sexualidade se tornou um desafio dentro da sociedade, pois representa um assunto pertinente, mas que não se conhece a forma mais eficiente de orientar os adolescentes.

3.2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL

Bueno e Ribeiro (2018) reúnem algumas obras sobre o panorama da Educação Sexual no Brasil e refletem sobre como a história da educação no país tornou o assunto tão polêmico. Ribeiro, citado no artigo em questão, traz o contexto da prática sexual no início do século passado, em que foi introduzido o tema dentro das escolas utilizando-se da visão médico-higienista para o assunto, demonstrando a preocupação do momento em haver um controle das doenças venéreas e ao cuidado para com as mulheres, que teriam que estar em boa saúde para serem mães e esposas.

No texto, Chauí (1984) também é citada ao falar sobre a influência constante da igreja católica no controle social, inclusive fazendo uma analogia pertinente da repressão do conhecimento atual à história de Eva e da maçã, com a qual, é possível concluir que para a igreja e o grupo dominante cristão, é conveniente que a ignorância permaneça na sociedade.

Segundo Miguel (2021), além da continuidade dos ideais conservadores do século passado, os discursos neo-conservadores que encontramos bastante nos Estados Unidos foram importados, tornando ainda mais difícil eliminar essas teorias extremistas em relação à educação. Além de que com a chegada de Bolsonaro no poder no ano de 2018, a disseminação de fake news se tornou intensa nas redes sociais, facilitando o chamado “pânico moral”, instaurado pelos conservadores como estratégia de controlar a sociedade e promover discursos discriminatórios justificados de maneira ardilosa.

3.3 CENSURA DO CONHECIMENTO

Como apontam alguns autores (Garbagnoli, 2014; Silva, 2018; Miguel, 2021), a forma de propagar a discriminação contra a não-heteronormatividade e manter o controle hegemônico nas sociedades ocidentais, se encontra no discusso de combate à “ideologia de gênero”, criado pelos próprios católicos. A desnaturalização e abominação da sexualidade, sexo e gênero de forma tão radical, dificulta e deslegitima as pesquisas realizadas nessa área ao longo das últimas décadas, as quais poderiam representar um grande avanço em relação aos direitos das mulheres e de pessoas LGBTQIAPN+. Porém, essa tentativa de desnaturalizar e banir o assunto em meio aos jovens, na prática, não ocorre. A superexposição à conteúdos hipersexuais pelos adolescentes é bem evidente na era digital em que estamos. Músicas, filmes, séries, mangás e até mesmo desenhos infantis reforçam a cultura do sexismo, do patriarcado, da objetificação e sexualização da mulher. Uma vez que os indivíduos em desenvolvimento têm livre acesso a esses conteúdos, podem ser influenciados e moldados de acordo com esse fenômeno, que impacta negativamente em sua formação (Kennel, 2023).

Segundo Miguel (2021), ao promover censura e proibição de temas importantes como a Educação Sexual no ensino básico, estamos negando o caráter democrático das escolas, uma vez que a democracia e laicidade do Estado, em um mundo ideal, colaboram com a preparação do jovens para lidar com as diversas visões de mundo e a pluralidade social, além de garantirem o direito de adquirir conhecimentos de diferentes campos e a capacidade de reflexão do sujeito. Portanto, ao permitir a censura cada vez mais intensa nas escolas, estamos negando seu papel fundamental.

A ignorância acerca da sexualidade humana é conveniente para a classe dominante conservadora, de acordo com Silva (2018), esses ideais não apresentam conceitos científicos, por isso vão contra a ciência como um todo, logo, vão contra a educação.

4. METODOLOGIA

O caráter da atual pesquisa é qualitativo, a qual, segundo Minayo (2001) permite destacar aspectos de uma realidade que não podem ser quantificados, transmitindo significados, motivos, crenças, valores e atitudes para serem interpretados. Para uma boa interpretação desses dados o pesquisador deve se atentar em manter uma boa relação com o objeto de estudo, procurando conduzir um diálogo mais aberto no início e mais específico e fechado ao final (Bogdan; Biklen, 1994).

Para coletar essas informações, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. A entrevista é uma ferramenta da investigação qualitativa, que segundo Bogdan e Biklen (1994):

“[...] é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo.” (Bogdan; Biklen, 1994).

Além disso, é, em sua essência, uma conversa. Comumente entre duas pessoas, realizada de maneira intencional, portanto, é dirigida a um propósito já estabelecido pelo pesquisador (Haguette, 2001). A entrevista semiestruturada é um método flexível, em que já há um roteiro (APÊNDICE A) com questões preestabelecidas mas ainda há possibilidades de reflexões por parte do entrevistado e a inclusão de novos questionamentos por parte do pesquisador (Fraser; Gondim, 2004).

A pesquisa foi realizada com 5 professores de ciências e/ou biologia que atuam em 4 diferentes instituições educacionais na cidade de São Carlos (São Paulo), tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. As indicações de profissionais adequados para a pesquisa foram feitas por colegas do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFSCar. Para preservar suas identidades, os participantes serão denominados como Entrevistado 1, Entrevistado 2, Entrevistado 3, Entrevistado 4 e Entrevistado 5.

O entrevistado 1 tem 47 anos de idade, se identifica com o gênero masculino e é heterossexual. O entrevistado 2 tem 35 anos, se identifica como homem e é heterossexual. As entrevistadas 3, 4 e 5 são mulheres cisgênero, heterossexuais e tem respectivamente 28, 55 e 35 ano.

O primeiro contato com os educadores foi feito a partir do aplicativo WhatsApp, por onde foram marcados encontros presenciais para a realização da entrevista, a qual foi gravada e transcrita integralmente para análise posterior. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B), a fim de garantir o bem-estar dos entrevistados e informar sobre a presente pesquisa.

A análise textual discursiva (ATD) foi empregada para organizar e compreender as informações da transcrição da entrevista, sendo considerada uma ferramenta que mescla a análise de conteúdo e a análise de discurso. Segundo Moraes Galiazzi (2006) a ATD se inicia com a fragmentação do texto em unidades de significado, as quais podem gerar novos conjuntos a partir de interlocuções empíricas, teóricas e interpretações do pesquisador. Essa etapa permite a correlação entre diferentes vozes e a mensagem principal do texto. Após essa profunda unitarização, as unidades de significado semelhantes são agrupadas em categorias, organizadas em diferentes níveis para análise e validação da informação.

Nesta pesquisa, as categorias encontradas foram três. A primeira, denominada “Formação do professor para educação sexual”, compreende a percepção dos docentes entrevistados sobre sua formação tanto como indivíduo cidadão como acadêmico em relação ao ensino de Educação Sexual e de que maneira sua construção em sociedade e suas experiências contribuíram para a presente atuação em sala de aula.

A segunda categoria, “Importância da educação sexual no contexto escolar”, aborda de quais maneiras a implementação desse tema nas escolas pode contribuir para o desenvolvimento social e individual dos alunos segundo os participantes. A discussão também engloba o combate a discriminação e a importância de uma boa relação de professor-aluno.

Na categoria final, "Abordagem da temática em sala de aula", é abordado o conhecimento dos docentes sobre a Educação Sexual e como eles a aplicam em suas práticas pedagógicas. Nela, é investigado se os professores utilizam dessas informações em suas aulas, de que forma a integram ao currículo e quais estratégias adotam para superar os desafios dentro e fora da escola.

Ao integrar e analisar os diferentes discursos, buscou-se compreender de maneira mais aprofundada como os professores da atualidade lidam com os conteúdos de sexo, gênero e sexualidade em suas aulas e se buscam enfrentar as amarras criadas ao longo do desenvolvimento da Educação Sexual no Brasil. A categorização possibilitou uma visualização mais abrangente das informações, permitindo assim um enriquecimento dos dados, revelando novos insights e ampliando a compreensão do tema.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A EDUCAÇÃO SEXUAL

Ao analisar os relatos dos professores entrevistados em quatro escolas públicas diferentes, fica clara a importância da formação inicial dos novos docentes, especialmente quando se fala da formação de educadores sexuais. A maior parte dos entrevistados (quatro de cinco) alega não ter tido um contato aprofundado sobre o tema ao longo da graduação, limitando-se apenas ao viés biológico reprodutivo e à leitura de poucos textos sobre gênero e sexualidade, referentes principalmente à área da psicologia. Segundo Corbagi e Bonzanini (2021), a escolha de tópicos a serem abordados em uma determinada disciplina assemelha-se a um jogo político, sendo necessária a priorização de alguns temas dentre muitos que devem ser apresentados aos licenciandos em um período restrito. Porém, além da minimização da educação sexual no curso, não há a transposição do que é vivenciado no período de estágio para essas discussões na universidade. O processo de reflexão do licenciando é crucial para o entendimento e comparação da sala de aula representada nas aulas do seu curso de formação, e, da sala de aula que é de fato encontrada no exercício da profissão (Corbagi; Bonzanini, 2021).

Ainda sobre essa reflexão, podemos encontrá-la no discurso de três dos cinco entrevistados. O Entrevistado 2, diferente dos demais, foi o único que relata que possuiu uma formação inicial sobre educação sexual relevante, em que pôde acompanhar um especialista no assunto ao longo de dois semestres consecutivos na disciplina denominada “Educação, Saúde e Sexualidade”.

“[...] e foi no curso de biologia que eu fui mudando meu pensamento né, reconhecendo as diferenças... aí no curso de biologia eu tive contato com colegas homossexuais, por exemplo...aí eu fui sensibilizando, entendendo como que é a formação do indivíduo. É...a família brasileira né infelizmente ainda...tem muitos resquícios ainda, dessa formação judaico-cristã. E querendo ou não a formação

judaico-cristã ela oferece à sociedade um modelo muito preconceituoso [...] e nós, Viviane, somos todos seres humanos, cada um com a sua identidade ali, com o seu sexo ne, com seu gênero, então isso foi desconstruído, com a minha formação ne...” (Entrevistado 2)

Segundo o participante, essa experiência em sua graduação fez muita diferença não só para sua formação como também para seu desenvolvimento pessoal como cidadão, em que pôde refletir e desconstruir pensamentos para reformular alguns aspectos de sua própria criação conservadora. A fala do Entrevistado 2 aparenta uma potencialidade do processo reflexivo na formação de professores ao possibilitar a reorganização de ideias, conhecimentos, valores e conceitos nesse confronto com uma nova perspectiva (Darsie, Carvalho, 1996; Maia, Ribeiro, 2011). Além disso, demonstra entender que a empatia e a sensibilização com o outro foram aspectos adquiridos ao longo de sua graduação e seu aprofundamento em relação à Educação Sexual, representando um fator muito importante no processo de aprendizagem sobre o ensino do tema.

Já o Entrevistado 3, alega que a vivência em sala de aula contemplou melhor a habilidade de lidar com o sexo e a sexualidade na escola que seu período de formação inicial:

“[...] eu sinto que aprendi como lidar com os alunos nessas questões, nas competências socioemocionais que acabam entrando dentro dessa temática da...das questões de gênero e educação sexual, eu aprendi na prática, na vivência escolar mesmo, no chão da escola, né? Eu já tive alunos trans e...também...tive vários alunos de várias orientações sexuais e a gente aprende a trocar ideia né, a orientar os alunos, meio que na vivência mesmo, na vivência escolar. Eu como professora na educação básica sinto que eu tive mais formação sobre esse tema como formação continuada né, nas minhas pós, pós-graduação, na vivência escolar, do que na minha formação inicial dentro da licenciatura.” (Entrevistado 3).

A maioria dos entrevistados não considera o período de graduação muito relevante quando se trata de assuntos relacionados à educação sexual e à maneira como se deve ensinar sobre sexo e sexualidade, relatando a escassez de informações e preparo para a abordagem do tema durante o período de formação. Porém, como no discurso do entrevistado 3, é comum que os educadores encontrem estratégias para trabalhar com o tema no próprio exercício da profissão, em contato com os alunos, ao abordar questões levantadas pelos próprios adolescentes na aula. Para que isso aconteça entretanto, os educadores devem estar dispostos a utilizarem da própria curiosidade dos alunos para trabalhar com o tema em sala de aula, de forma que busquem sempre a reflexão crítica coletiva, sem preconceitos, julgamentos ou imposições de valores morais em relação ao sexo, para promover o respeito e a emancipação dos jovens, dessa forma, atuará como um educador sexual estando preparado para lidar com as necessidades que os alunos trazem em seu cotidiano de forma natural (Leão, Ribeiro, Bedin, 2010; Maia, Ribeiro, 2011; Souza, Milani, Ribeiro, 2020)

É interessante perceber que a construção do educador sexual não tem fim, pois o que começa na graduação, de forma superficial, pode prosseguir pela formação continuada e se encontra principalmente dentro da sala de aula, em sua vivência, sendo assim, um processo contínuo em que conhecimentos e conceitos vão sendo ressignificados ao longo das experiências dentro e fora da escola. (Figueiró, 2001).

5.2 IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Ao analisar os discursos dos entrevistados acerca da importância da Educação Sexual no ensino básico, percebemos diferentes pontos destacados pelos professores que poderiam proporcionar mudanças significativas no desenvolvimento integral dos alunos sobre esta temática e em suas relações interpessoais.

“A escola é um espaço coletivo e que existem várias pessoas, alunos, professores, funcionários que são diferentes uns dos outros, com suas próprias características e que devem ser respeitadas né?”

Então, pra que o aluno entenda isso, entenda sobre respeito, num espaço de convívio social né? Porque saindo daqui eles estão inseridos na sociedade...então é importante que eles entendam né? [...] o aluno, ele convive com várias pessoas diferentes dele, assim como é na sociedade, ele passa a entender que cada um tem suas particularidades né? Que todos são diferentes uns dos outros, mas ele também aprende que é dever dele como cidadão, respeitar isso...então ele passa a se tornar um...um aluno mais protagonista, solidário, competente né?” (Entrevistado 3)

O discurso do Entrevistado 3 não apenas indica que o ambiente escolar é um espaço de transformação pessoal, como de socialização, em que a formação como cidadão em uma sociedade está diretamente relacionada com as experiências vivenciadas na sala de aula. As aulas de Educação Sexual, portanto, podem representar um ambiente propício para o desenvolvimento do autoconhecimento e para a compreensão dos outros. Ao conectar o que é aprendido nessas aulas com a autopercepção e a visão dos colegas, os alunos recebem uma formação que os prepara para relações interpessoais futuras. Essas relações são esperadas serem mais saudáveis, empáticas e críticas, onde as particularidades da sexualidade e dos relacionamentos de cada pessoa não são julgadas. A abordagem é multidimensional, intrínseca ao ser humano, e, portanto, deve ser livre de restrições. Essa visão vai ao encontro das ideias de alguns pesquisadores como Maia e Ribeiro (2011) e Alves (2018), que defendem uma socialização na escola resultante em uma formação ética, moral e que conduza os jovens a pensar na coletividade sem deixar de lado sua individualidade, valores e cultura, mas buscando se aproximar de uma formação saudável e que proporcione o bem estar de cada indivíduo.

Já o Entrevistado 4 traz uma questão relacionando o espaço escolar e as aulas à possibilidade dos alunos se sentirem seguros e acolhidos ao passarem pelos dilemas da adolescência:

“[...] ter alguém que ouça, alguém que algumas vezes aconselha, ela consegue ter um autoconhecimento né, e conseguir se inserir, se aceitar, se assumir, ter forças pra enfrentar isso [...] as aulas são importantes nesse processo porque, uma que os alunos percebem o professor falando sobre isso né, então quer dizer, é um tema sobre ele que tá sendo tratado na aula, sobre suas questões pessoais, sobre sua sexualidade, e que tá sendo tratado dentro da aula, numa escola, então isso já traz uma questão de pertencimento, e de que nossa, tão falando de uma coisa que eu penso. E um outro ponto que eu vejo que é muito importante dentro da aula, é o fato de haver troca de experiências e, de uma maneira formal, formal mais ou menos né, formal numa maneira dentro de uma questão de sala de aula, mas onde os alunos conseguem se colocar.” (Entrevistado 4).

O discurso do Entrevistado 4, além de corroborar com a ideia de proporcionar um espaço confortável nas aulas sobre sexo e sexualidade, entram na questão de se sentir pertencente ao lugar que se é frequentado diariamente. Esta concepção sustenta ainda mais a importância do ambiente educacional como fator de formação do indivíduo e do cidadão, enquanto ainda possibilita que o aluno encontre um lugar seguro para ser verdadeiro consigo mesmo e conhecer melhor seus colegas, que muito provavelmente estarão passando pelas mesmas questões e dilemas internos, uma vez que a manifestação da sexualidade, assim como algumas mudanças dramáticas em relação ao comportamento, emoções e julgamentos, ocorrem durante a fase escolar dos jovens (Papalia, 2013). Portanto é interessante que o professor construa espaços para compartilhar experiências, perspectivas, dúvidas e preocupações sobre o tema, o que pode proporcionar o reconhecimento e a validação das identidades dos alunos, que conseqüentemente se sentirão incluídos neste espaço.

Dinis (2011) afirma que um dos tipos de violência mais comuns é a indiferença e o silenciamento da comunidade LGBTQIAPN+ em diferentes contextos. Em se tratando da sala de aula, a depender da dinâmica e das condições oferecidas pelo professor e pela comunidade escolar, alunos transgêneros,

homossexuais, bissexuais e travestis podem se sentir inseguros e serem vítimas mais frequentes de discriminação e violência verbal e física. Daí a importância de uma formação docente que possibilite ao professor um embasamento sobre o manejo da sala de aula de maneira que estas violências não aconteçam.

A educação positiva representa uma maneira de melhorar o bem estar dos adolescentes, principalmente daqueles que pertencem à comunidade LGBTQIAPN+, como afirma Ancheta (2021). Com uma Educação Sexual positiva, as aulas podem fornecer informações de forma aberta, respeitosa e inclusiva, promovendo uma compreensão saudável do corpo, das relações interpessoais e da sexualidade. Essa abordagem visa capacitar os alunos a tomarem decisões informadas e responsáveis sobre si mesmos e sua vida sexual, com maior controle em relação à sua sexualidade, além de construírem relacionamentos saudáveis ao mesmo tempo em que compreendem melhor seu comportamento em sociedade (Weaver, 2005; Maia, Ribeiro, 2011).

O Entrevistado 1 diz que a importância das aulas de Educação Sexual tem relação com o direito de escolha do aluno.

“[...] empoderamento né, as pessoas poderem...digamos assim, ter direito de escolha e ter uma relevância nisso na sociedade, pelo fato de ela ser por exemplo, orientação sexual né? Ela poder escolher isso, com o foco que ela quer, sem ter essa discriminação, porque a gente sabe que tem né?” (Entrevistado 1)

Embora seja crucial ressaltar que a orientação sexual não é uma escolha consciente, a declaração do entrevistado enfatiza a importância de capacitar os indivíduos para expressar e viver autenticamente suas identidades. Neste contexto, o empoderamento reside na aceitação e valorização da autenticidade de cada pessoa, como defendem Maia e Ribeiro (2011). Contudo, sua vinculação da manifestação da sexualidade a uma escolha reflete uma desinformação sobre o assunto. O programa governamental "Brasil Sem Homofobia" (2004) estabelece que

os psicólogos compreendem a orientação sexual como intrínseca, não sujeita a alterações por vontade própria. Essa disseminação equivocada de informações pode contribuir para estigmatizar indivíduos homossexuais, bissexuais ou assexuais, incorretamente insinuando um desvio de comportamento.

O Entrevistado 1 fala também sobre a relação da abordagem do tema com os direitos humanos:

“[...] é um assunto né...pertinente relacionado às disciplinas que a gente tem que lembrar também, quando a gente trabalha com diversidade de gênero, sexualidade, a gente tem que lembrar dos direitos humanos né? Então,é uma coisa que não tem...se você pegar um material não se fala nada de direitos humanos, você não tem expressão alguma dos direitos humanos.” (Entrevistado 1)

Essa ideia do participante também se relaciona com a abordagem positiva do tema na escola, visando a emancipação dos alunos em relação ao próprio corpo, possibilitando que tenham o direito a uma educação sexual libertadora e esclarecedora, assim como declara a World Association for Sexual Health (WAS) no 13º Congresso de Sexologia. A proclamação dos direitos sexuais pela WAS inclui também o direito à informação; à liberdade de pensamento, opinião e expressão; de autonomia e integridade corporal. O entrevistado parece considerar importante a associação entre o tema e a garantia dos direitos individuais dos alunos, de forma a promover um ambiente escolar inclusivo e respeitoso.

Já o Entrevistado 5, trás em sua fala indignação e inconformidade em relação ao próprio ambiente de trabalho.

“[...] eu já ouvi professor falando de ideologia de gênero, não, porque ah tá trabalhando ideologia de gênero...pô mano, 2023 você ainda não entendeu que isso não existe? Então se você vê uma fala de um professor nesse sentido, você imagina a importância redobrada que a gente tem de trazer esse assunto pra sala de aula.” (Entrevistado 5)

Aqui, o entrevistado nos traz um termo originado na década de 1990 e que ainda é alvo de discussões e debates: a ideologia de gênero surgiu de um contexto predominantemente religioso e conservador, buscando desacreditar e distorcer os avanços na compreensão da equidade de gênero e na promoção da diversidade sexual (Reis, Eggert, 2017). Há mais de vinte anos, é possível observar a relação entre essa ideia e a Direita Cristã, a qual combate estudos de gênero e avanços na área com a justificativa falaciosa de que se preocupa com o bem-estar da família tradicional, formada por homem e mulher (Alves, Rossi, 2020).

O movimento conservador ganhou mais força nessa abominação aos direitos sexuais ao longo das últimas duas décadas, conseguindo atingir a educação ao protestar contra materiais didáticos que abordavam questões relacionadas à educação sexual, colocando as crianças no lugar de “vítimas da doutrinação homossexual” (Miskolci, 2018). Essa ideia tomou grandes proporções, gerando um pânico generalizado e resultando na retirada desses conteúdos das salas de aula e do próprio PNE de 2014-2024, deixando lacunas no currículo e limitando o acesso dos estudantes a informações relevantes para sua formação integral (Alves, Rossi, 2020).

O relato do Entrevistado 5, portanto, nos mostra que o pânico moral, instaurado como mecanismo de controle de massa pela extrema-direita, ainda está presente em meio ao corpo docente nas escolas na forma do fantasma da “ideologia de gênero”. A fala do professor é alarmante, servindo de base para a continuação de uma Educação Sexual ineficiente, do silenciamento de pessoas LGBTQIAPN+ e da regressão em relação a uma educação emancipatória. É possível identificar uma urgência no discurso do entrevistado, pois fica clara a sua revolta, em ter que pra além do seu trabalho, lutar diariamente contra um sistema capitalista, que trabalha intensamente para a manutenção de sua hegemonia a quase dois séculos e que tem como base o uso do conservadorismo como instrumento de dominação (Silva, França, Maciel, 2020).

Todas as falas dos entrevistados em relação à importância de uma Educação Sexual de qualidade se baseiam na ideia de implementação de um ensino mais

empático, que visa o respeito coletivo, a busca pela manutenção da saúde emocional entre os alunos e a possibilidade de dar visibilidade aos diferentes espectros da sexualidade humana. A construção de um ambiente educacional que promova diálogos abertos e respeitosos sobre sexualidade emerge como um pilar crucial para o desenvolvimento integral dos estudantes e a construção de uma sociedade mais crítica, revolucionária e livre de intolerância e fundamentalismo religioso.

5.3 ABORDAGEM DA TEMÁTICA EM SALA DE AULA

A jornada para compreender as nuances da educação sexual nas escolas deve passar por um ponto interessante: explorar as percepções individuais dos professores sobre os conceitos de "sexo", "sexualidade" e "gênero", a fim de analisar a extensão de seus conhecimentos e confronta-los com definições presentes na literatura. Essa análise pode ajudar a identificar se os docentes dominam os conceitos que embasam uma educação sexual emancipatória ou se apresentam lacunas que podem influenciar suas práticas pedagógicas e na formação dos alunos sobre a temática.

“Quando você fala em sexualidade você lembra sempre da orientação sexual né, que as pessoas podem ter.” (Entrevistado 1).

De acordo com Figueiró (2006), a sexualidade entrelaça diversos elementos que transcendem a prática sexual, entre eles a afetividade, carinho, prazer, comunicação e intimidade. Essa definição multidimensional vai na contra-mão do que representa a sexualidade segundo o docente, que apenas a relaciona à “orientação sexual”, ou seja, o entrevistado restringe ou mesmo iguala o termo às diversas formas de atração interpessoal na esfera social, ignorando outras dimensões de grande importância incluídas na sexualidade humana, que podem se divergir a cada cultura.

“[...] quando você trabalha com gênero então...acho que um dos problemas que se tem trabalhando com esse assunto hoje é trabalhar com gênero, porque é um tema digamos assim, complexo, que a gente tem que saber como trabalhar em sala de aula, e aí a gente tem várias vertentes em sala de aula, uma sala de aula heterogênea então ali você vai ter as diversas concepções de gênero, desde da religiosa, política...várias coisas então eu acho que assim, deveria ter cursos pra se trabalhar com isso mais aprofundado hoje, é uma coisa que eu sinto dificuldade como formador né [...]” (Entrevistado 1).

Em relação ao gênero, o Entrevistado 1 não consegue definir o termo, aparenta certo receio e hesitação, mas admite enxergar o assunto como um grande desafio não só para si mesmo como também no meio educacional como um todo, quando afirma “a gente tem que saber como trabalhar em sala de aula”. O entrevistado pode estar atrelando essa dificuldade à falta de preparo em relação ao assunto por parte dos profissionais da educação e às barreiras sociais e culturais que podem surgir ao abordar questões de gênero em sala de aula. Essa possibilidade também se torna mais forte quando há a menção das “várias vertentes” e “diversas concepções de gênero”, expressões que podem indicar ao menos uma leve compreensão por parte do entrevistado de que gênero não é um conceito único e universal, mas sim um constructo social que se molda de acordo com as influências culturais, econômicas e o desenvolvimento da percepção individual (Silva, 1999).

“[...] os gêneros sexuais eu acredito que ele vai aprendendo ao longo da sua vida e da sua existência o que ele gosta mais ou menos [...] não sei se é o certo os gêneros sexuais...então trabalho com o heterossexual masculino, heterossexual feminino, bissexual masculino, bissexual feminino, transexual masculino, transexual feminino, fala um

pouco sobre essa questão de mudança de sexo que o SUS oferece pras pessoas né...do sexo masculino pro feminino [...]” (Entrevistado 2)

O Entrevistado 2, embora reconheça a relação entre gênero e identidade individual que é construída no dia-a-dia, demonstra compreendê-lo como categoria similar à orientação sexual, diretamente atrelada às formas de relacionamento interpessoal. Ao citar exemplos como "heterossexual masculino" e "transexual masculino", e utilizar o termo "gêneros sexuais", parece amalgamar sexualidade e identidade de gênero em um novo significado. Essa convergência pode indicar que o docente na verdade não tem plena compreensão das diferenças entre os termos, de forma a reforçar o que Butler (2016) coloca como a ordem compulsória sexo/gênero/desejo, uma social que pré-define o que significa ser homem e mulher entrelaçando também a expressão sexual e amorosa dos indivíduos. Por outro lado, o entrevistado parece reconhecer que a identidade de gênero e a expressão da sexualidade são construídos e moldados ao longo da vida, indo de encontro com a perspectiva de Rizzato (2013) e Louro (2014). Ademais, é relevante notar que o entrevistado destaca a disponibilidade de serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para pessoas transgênero durante suas aulas. Esta menção é particularmente significativa, já que há pouca discussão sobre essas políticas públicas no ambiente escolar. Como observado por Natal-Neto (2016), o meio educacional deveria assegurar e fomentar o acesso aos direitos das pessoas transexuais.

“É...gênero pelo que eu entendo, existem vários termos hoje em dia né? Como a pessoa se identifica, como mulher, cis ou trans, homem cis ou trans...é...tem também não-binário né? A sexualidade é mais em relação a questão sexual, amorosa né, com quem a pessoa se sente atraída ne, bissexual, pansexual e tudo mais.” (Entrevistado 3).

O Entrevistado 3 aparenta compreender e relacionar o conceito de gênero com uma forma de identidade com o que a sociedade considera mulher ou homem, cisgênero ou transgênero. Os dois últimos termos podem demonstrar a consciência do entrevistado de que a identidade de gênero do indivíduo pode ou não ser congruente com o que é culturalmente esperado do sexo biológico. A inclusão do “não-binário” chama a atenção, demonstrando o conhecimento da existência de identidades que transcendem a dicotomia tradicional. Por fim, o Entrevistado 3, assim como o Entrevistado 1, considera que sexualidade é apenas um sinônimo de orientação sexual, não levando em conta todos os outros aspectos incluídos nesse termo, mas, ao mesmo tempo, ao mencionar a pansexualidade demonstra saber que existem mais orientações sexuais do que é comumente falado.

“[...] sexo é a pessoa nasce do sexo tal, então é a identidade que ela nasceu, gênero eu acho que é da forma que ela se identifica, ela pode nascer do sexo feminino mas não se adequar aquele esteriótipo e ela se percebe como masculino, então seria o gênero [...] a sexualidade acho que tá mais relacionado com a questão das relações que ela tem né...que a pessoa tem. Não sei se eu confundi, eu acho, eu acho que é isso, porque às vezes eu confundo um pouco porque, até pouco tempo eu pensava assim se a pessoa ela se identifica como o gênero...se ela se identifica como masculina, então automaticamente ela se relacionaria com uma pessoa do sexo oposto ne...não, como é que é? Perai me perdi. É! Se uma pessoa por exemplo, uma mulher, ela se identifica como homem, ela se interessaria por outras mulheres, não homem né, sexo masculino...ela se interessaria por outras mulheres, mas não necessariamente ne...ela pode se identificar como...o sexo...algo que não seja...nossa, eu tô me confundindo muito pra falar mas...ela pode se identificar, a pessoa pode se identificar como um gênero, e se relacionar com as pessoas daquele mesmo gênero ne?” (Entrevistado 4)

O Entrevistado 4 começa definindo sexo como a identidade com a qual uma pessoa nasce, uma resposta um tanto vaga mas que aparenta, nas entrelinhas, se referir a um aspecto inato e baseado em critérios biológicos, que se determinam ao nascimento. Além disso, de início, o docente demonstra associar gênero ao que se refere a identificação de um indivíduo em relação a estereótipos e papéis impostos pela sociedade do que é masculino ou feminino, porém se mostra um pouco confuso e hesitante conforme tenta explicar e introduzir a sexualidade no discurso. Embora já tenha discorrido sobre a identidade de gênero, parece ter dificuldade em dissociá-lo da heteronormatividade no que tange à orientação sexual. O discurso do docente é relativamente comum e pode indicar a não separação entre os distintos termos. Não parece fazer sentido para o entrevistado que um homem transexual se sinta atraído por outro homem, pois entre as funções que são esperadas socialmente do corpo masculino, está a capacidade de se relacionar com o feminino, ou seja, o oposto na classificação hegemônica binária de gênero (Machado, 2005; Caetano, 2016)

“[...] sexo é a constituição cariotípica do indivíduo, e aí pode ou não corresponder ao gênero, o gênero tem mais a ver com a representação de como a pessoa se enxerga do que tá lá nos cromossomos dela propriamente ne, então o sexo biológico pode ou não ter relação com o gênero, porque o gênero é a identificação, é a constituição mais profunda, que vai ultrapassar os limites da certidão de nascimento, do heredograma, é a sensação, é algo que a pessoa não escolhe, e tem mais a ver com, ela já nasce com eles, assim como já nasce com o sexo biológico, mas as vezes não são coisas correspondentes” (Entrevistado 5)

Já o entrevistado 5 entende o sexo como sendo totalmente biológico, estando relacionado com a constituição genética e anatômica dos indivíduos, e podendo ou não ir de encontro com a identidade de gênero, essa última sendo uma representação de como a pessoa se enxerga. Coloca o gênero como algo a ser sentido, vivenciado, ao mesmo tempo em que de alguma forma, segundo o entrevistado, já nasce com o indivíduo, o que pode causar uma ambiguidade nessa definição, uma vez que a experimentação desse processo de identificação com as

características dos gêneros é impossível de acontecer ao nascimento, além de ser fortemente influenciada pelo meio e cultura. Outrossim, segundo Butler (2016), a origem do gênero não é um evento linear, não se origina em um período específico e a partir daí assume uma forma definitiva.

“[...] o ano passado tinha uma das minhas estagiárias...estagiárias não perdão, tutorada, que, esse ano ela continua como tutorada, mas ela não se identifica mais assim, ela se identificava como gênero fluido, então toda vez que eu conversava com ela eu perguntava, como eu te chamo hoje? Porque tinha dia que ela se identificava como tal nome e tinha dia que ela se identificava com outro nome, nossa, dava um nó na cabeça assim, mas eu tentava fazer ela se sentir à vontade e ser receptiva pra essa história dela [...]”.
(Entrevistado 4)

O relato do entrevistado 4 vai de encontro com os estudos de Butler, o gênero se revela como um processo em constante mutação, sendo uma força ativa que molda e é moldada pelas normas do passado, presente e futuro. A construção da identidade de gênero é um processo singular, que não se limita apenas aos parâmetros convencionais do que é considerado "feminino" ou "masculino". Pelo contrário, transcende essas categorias, possibilitando uma expressão que transita entre o binário e o não-binário, inclusive contemplando a noção de "neutralidade". O entrevistado 4 aparenta entender parcialmente esse processo.

“Sexualidade, aí no caso a sexualidade já englobaria a forma como o indivíduo lida com as questões de gênero, com as questões sexuais, os comportamentos né, que essa pessoa assume, diante das suas relações afetivas, suas relações amorosas e aí sim vai envolver escolha, aqui a gente pode colocar a escolha, porque se o gênero é algo intrínseco, que não dá pra escolher, a sexualidade não necessariamente, porque como a pessoa vive a sua sexualidade, como ela entende toda essa complexidade, ela vai ter muita influência de

religião, valores, sociedade, costumes, hipocrisia, então isso tá mais relacionado ao dia a dia, como a pessoa aplica as suas decisões em relação às suas relações mesmo, sexuais, eróticas, amorosas [...]”.
(Entrevistado 5).

Em relação à sexualidade, o Entrevistado 5 traz o conceito multifacetado do termo, que englobaria variados aspectos ligados à forma de expressão dessa sexualidade, como o comportamento, os desejos sexuais, as relações afetivas, românticas e eróticas. Esse discurso nos mostra o contrário do que anteriormente foi visto nas falas dos Entrevistados 1, 3 e 4, os quais restringiram suas definições de sexualidade à orientação sexual. Além disso, o Entrevistado 5 aparenta compreender a grande influência de fatores sociais sobre essa expressão sexual, corroborando com as falas de Figueiró (2006); Barros et al., 2019; Altmann (2013); Brancaleone e Kupermann (2018).

Os entrevistados também falaram sobre as formas de abordagem e conteúdos que levam às aulas de Educação Sexual.

“[...] os aspectos fisiológicos né? Como funcionaria uma fisiologia normal e uma fisiologia que numa patologia por exemplo, de uma pessoa que pegou uma sífilis, um vírus HIV, como se trataria isso, primeiramente você pensa nas doenças, que é o que a gente mais foca, secundariamente digamos assim, você tratar dos hormônios né? Como funcionaria isso, quando você chega na adolescência o que acontece? quais os hormônios tão com taxas mais altas, taxas mais baixas, como isso funciona no seu corpo [...] então quando você pensa você pensa assim no aspecto masculino e feminino, então você tem uma abordagem digamos assim bem reducionista né? Eu assumo.”
(Entrevistado 1)

O Entrevistado 1 admite não levar para a sala de aula nenhum conceito relacionado à sexualidade e identidade de gênero, permanecendo preso à perspectiva de uma educação sexual focada principalmente na prevenção de patologias e na morfofisiologia comparada entre o que a sociedade considera homem e mulher. Esse costume se relaciona com a heteronormatividade compulsória presente também na escola (Melo; Pontes; Souza, 2018), uma vez que a educação sexual aparenta se referir somente ao ato de reprodução da espécie humana e todos os aspectos que nela orbitam.

“A gente faz uma rodinha de conversa, conversa né? Aí tem muitos alunos hoje que já vem com essa formação já de casa. Eu tenho alunas na escola que discutem bastante isso...levanta a bandeira do movimento LGBTQI+.” (Entrevistado 2)

Já o Entrevistado 2, apesar de não ter um conhecimento bem definido sobre conceitos importantes como sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero, demonstra tentar levantar essas questões em sala de aula, utilizando de rodas de conversa para debater sobre o assunto, de forma a incentivar reflexões em conjunto e permitindo uma interação maior entre aluno-aluno e professor-aluno (Pinheiro, 2023)

“Quando a gente analisa o material ele é muito bem estruturado na minha opinião, o problema é quando é posto em prática, quando a gente vai colocar isso em prática né, tudo o que o currículo traz de gênero, sexualidade ou por exemplo [...] é um pouco complexo no chão da sala de aula não por parte assim, dos alunos, aí os alunos não vão aceitar mas alguns professores acabam se sentindo receosos, com medo de ter um resultado negativo digamos assim, por conta de todos os tabus que a gente já vivenciou, de fake news, dos ataques aos professores, eu vejo muito nessa perspectiva, eu acho que muita coisa às vezes não é discutida, não é trabalhada, por medo de ataques,

ataques no sentido de reações negativas de pais de alunos.”
(Entrevistado 3)

Aqui, o entrevistado 3 se refere ao Currículo Paulista quando expressa sua opinião sobre sua estruturação e conteúdo, os quais considera suficientemente bons para que seja utilizado no ensino. Porém demonstra ter significativa dificuldade ao tentar colocar o material em prática, principalmente em relação às habilidades socioemocionais e a abrangência e complexidade dos tópicos relacionados à identidade de gênero e sexualidade. Mesmo tendo demonstrado ter um conhecimento básico referente à temática, aparentemente o entrevistado não leva esse conteúdo até suas aulas por conta especialmente do medo de reações negativas e retaliação por parte de pais, alunos, professores e da comunidade em geral. A insegurança em questão também se faz presente no discurso do entrevistado 5:

“Dependendo do jeito que você abordar qualquer tema, chega no ouvido dos pais, aí os pais vão reclamar pra direção e a direção ao invés de apoiar o professor, vai querer passar pano, vai querer pedir pra gente dar uma segurada, especialmente esses assuntos entre aspas polêmicos né, então sim, existe resistência, velada muitas vezes, velada e não velada né, explícita, porque eles falam que a gente tem liberdade e que é preciso discutir esse tipo de assunto mas na prática isso não acontece.” (Entrevistado 5)

Nos relatos dos entrevistados 3 e 5, mais uma vez é evidente a presença do movimento conservador como um obstáculo nas dinâmicas da sala de aula. Essa presença desencadeia uma postura defensiva entre os professores, que, visando evitar possíveis ataques, acabam optando por não abordar temas como esses em sala de aula, mesmo quando presentes no material. Paralelamente, os discursos apontam para uma resistência significativa e uma falta de apoio por parte da direção escolar. Em vez de promover a autonomia dos educadores e garantir o cumprimento do currículo, a direção muitas vezes pressiona os professores a evitarem tais discussões, criando assim um ambiente de incoerência e desamparo dentro do corpo docente.

“[...] quando eu abordo esse tema de sexualidade, eu procuro trazer um pouco essas questões, sobre as letras aí da sigla, eu nunca guardo, os alunos geralmente sabem tudo, então eu faço tipo uma roda de conversa, e eles falam, eles falam os significados e aí eles dão a opinião deles sobre isso, sobre o assunto alguns se colocam né, como que tem sexualidade essa ou aquela, gênero esse ou aquele e tem alguns que não falam nada, então assim eu tento levar essa coisa meio na conversa e...como eu me coloco assim, totalmente aberta pra aprender as coisas e ouvi-los, eles acabam me falando muita coisa né [...] aí pessoas que normalmente não conversaram sobre isso, param pra escutar, então muitas vezes a gente vê que na aula tem estranheza na questão de troca de informações, às vezes as pessoas falam umas coisas que o outro fica meio desconfiado, não aceita muito e ali naquele momento, uma vez detectado esse tipo de coisa, já pode ser encaminhado alguns tipos de pergunta, não necessariamente pra pessoa que a gente percebeu que á incomodada né, mas trazer a questão de uma forma que possa tirar algumas dúvidas ou que esse tema deixe de causar estranheza né.” (Entrevistado 4)

O entrevistado 4 demonstra utilizar a roda de conversa como ferramenta principal para promover a discussão sobre o tema em sala de aula, se abrindo também para aprender com seus alunos. O diálogo, segundo Moizés e Bueno (2010), é muito interessante para a educação sexual, pois as crianças e adolescentes demonstram sua curiosidade de diversas formas: alguns através de perguntas constantes, outros através da observação atenta e outros necessitando de um ambiente receptivo para se sentirem à vontade para questionar.

No relato, é possível observar que o docente procura aproveitar situações de desconfiança e estranheza por parte de alguns alunos para desenvolver a discussão sobre o tema, criando assim um ambiente estimulante para os alunos. Utilizar da curiosidade dos próprios estudantes possibilita uma educação mais significativa e humanizada, também aproximando o professor de seus alunos e favorecendo a desconstrução de preconceitos (Freire, 1996; Brancaleone; Kupermann, 2018).

“Precisamos falar sobre isso mas ao mesmo tempo não falamos, existe uma abordagem muito artificial mesmo, e isso traz consequências aos alunos porque por exemplo na escola teve uns três, quatro casos de meninas grávidas na adolescência, então sinto que como é uma escola periférica isso é uma coisa cultural [...] eu procuro sim tratar mais numa perspectiva natural, já conversei com meus alunos que eu dou aula no segundo colegial né, quando eu entrei no no assunto sobre vacinas e soros né? Eu falei por exemplo sobre a vacina de HPV, expliquei como funciona, as consequências que traz pra mulher por exemplo que se chega no último estágio provoca câncer no colo do útero falamos sobre os métodos de prevenção e tudo mais, então dentro dos temas, das habilidades que eu trabalho eu tento sempre levantar alguma coisa que tem a ver com o cotidiano deles, sabe?” (Entrevistado 3)

O discurso do Entrevistado 3 expõe a complexa questão da gravidez precoce em escolas, especialmente nas periferias, e os desafios de sua abordagem adequada. Reconhecendo a necessidade de discutir o tema, o entrevistado demonstra a busca por uma aproximação com o cotidiano dos alunos. No entanto, ao analisar os exemplos mencionados, observa-se uma contradição. Embora o entrevistado afirme tratar o tema de forma natural, os exemplos citados se concentram em tópicos já presentes no currículo escolar, como a vacina do HPV. Essa abordagem, apesar de importante, limita-se ao formato tradicional da biologia médico-higienista, perpetuando a artificialidade que o entrevistado critica. Além disso, a associação equivocada à "cultura da periferia" evidencia a problemática da estigmatização e da naturalização de um problema social complexo que ignora diversos fatores relacionados a desigualdades sociais, raciais, étnicas e de gênero presentes no Brasil, além do alto índice de violência sexual, especialmente entre adolescentes de 10 a 14 anos (Cabral; Brandão, 2020). As questões socioeconômicas, por sua vez, estão fortemente relacionadas a menor acesso a material informativo sobre métodos contraceptivos e qualificação profissional no geral (Spaniol, Spaniol; Arruda, 2019).

Para uma abordagem mais eficaz, seria necessário transcender os limites curriculares e promover um diálogo aberto e contextualizado sobre a sexualidade.

Isso envolveria abordar temas como relações interpessoais, consentimento, contracepção e planejamento familiar, conectando-os às vivências dos alunos e promovendo a reflexão crítica sobre as diversas realidades sociais que influenciam a saúde sexual e reprodutiva

“Não basta, especialmente hoje em dia, não basta falar de IST, de contracepção...e as estatísticas de violência contra pessoas trans? Por que isso não é importante tanto quanto? Então eu acho que da mesma forma que a gente deveria contextualizar tudo em ciências, pra eles não ficarem com aquilo de pra que que eu quero saber disso? Eu não conheço nenhuma pessoa trans, não conheço nenhum gay, que que eu tenho a ver com essa história? Eu acho que é por ai sabe, a gente tem sim a ver, não é porque eu sou cis, hetero, que eu não tenho que me preocupar com a condição da pessoa que ta ali do meu lado passando preconceito todo dia [...] Acho que primeira coisa que me vem à cabeça, é deixar muito claro que não existe diferença no grau de responsabilidade, que homem ou mulher tem que se comportar da mesma forma, a querer se proteger, a conhecer o que tem disponível pra prevenção, conversar, chegar a um acordo, qual o melhor método, especialmente que não é só responsabilidade da mulher, que a mulher não engravida sozinha, que é importante o menino conhecer o corpo da menina e vice-versa.” (Entrevistado 5)

O entrevistado 5 demonstra interesse em abordar questões que vão além daquelas encontradas em materiais didáticos, como é o caso dos índices de violência relacionados à pessoas transexuais e não-heteronormativas e a desigualdade de gênero, especialmente relacionada a gravidez. Quando menciona a relevância da contextualização nas aulas de ciências, o entrevistado 5 aparenta se preocupar com o desenvolvimento da empatia e outras habilidades emocionais nos alunos. Essa perspectiva reconhece que a educação não se resume à mera transmissão de informações, mas também deve promover o desenvolvimento de indivíduos críticos, reflexivos, empáticos e que procurem se afastar de atitudes discriminatórias. Ao questionar a relevância de um tema para suas vidas, alguns

alunos podem estar refletindo sobre a falta de conexão entre o conteúdo escolar e suas realidades. Essa ausência de contextualização, segundo Hooks (1994), reflete uma negligência por parte do sistema educacional, que acaba perpetuando o elitismo intelectual, e por consequência, a discriminação. A contextualização, ao aproximar o conhecimento das vivências dos estudantes, pode ajudar a transgredir essa lacuna e tornar a aprendizagem mais significativa e emancipatória (Furlanetto, 2018).

Em um contexto atual marcado por debates acalorados sobre sexualidade e identidade de gênero, é interessante que os professores de ciências e biologia busquem compreender sobre esses conceitos e de que maneira eles se inserem na realidade de jovens em período escolar. Ao analisar os discursos dos professores, foi possível observar uma variedade no entendimento dos termos “sexo”, “sexualidade” e “gênero”. Alguns entrevistados demonstram não desvincular a identidade de gênero da orientação sexual, por exemplo, exibindo uma heteronormatividade compulsória. Em outros casos, há aqueles que compreendem relativamente bem a diferença entre os significados de cada termo. Foi observado também que há professores que utilizam das próprias dúvidas e do conhecimento dos alunos para abordar o assunto em sala de aula, por meio de rodas de conversa.

Por outro lado, a prática educativa sobre a sexualidade ainda apresenta diversos desafios, como por exemplo a tendência de alguns professores a restringir o conteúdo a conceitos fisiológicos, patológicos e anatômicos, de forma a excluir as habilidades socioemocionais envolvidas na questão. Outrossim, mesmo aqueles professores que têm conhecimento sobre o assunto muitas vezes se sentem apreensivos ao ter que abordá-lo. A repressão da própria instituição de ensino e até mesmo dos responsáveis é um dos principais temores dos entrevistados, que admitem não conseguir trabalhar todos os tópicos envolvidos na temática.

Ainda, a deficiência na formação e a insegurança com o tema é colocada como mais um desafio, evidenciando a necessidade de uma melhor capacitação dos professores de ciências e biologia. A implementação de uma educação sexual eficaz, contextualizada e abrangente é urgente, visto que além da problemática das IST's e gravidez na adolescência, já previstas pelo currículo, aspectos afetivos,

sociais e emocionais também precisam ser incluídos para promover uma formação mais humanizada, respeitosa e saudável dos alunos da Educação Básica.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do último século, foi possível perceber uma grande movimentação conservadora sobre as escolas no Brasil, principalmente referente à Educação Sexual, ainda vista por muitos como uma doutrinação sobre os corpos. Por conta disso, o conteúdo do currículo atual é restrito a uma abordagem genérica e superficial sobre a sexualidade, ao contrário do que estava presente nos documentos anteriores à BNCC, os quais eram mais abrangentes, levantando também questões relacionadas à saúde emocional (Barros; Miranda, 2019).

Os ideais conservadores, enquanto exercerem influência sobre a educação, acabam por disseminar informações distorcidas, incompletas ou equivocadas, acarretando em uma formação deficitária no ensino básico (Borges; Moura-Ferreira, 2015). Essa limitação por sua vez, perpetua a discriminação e o preconceito, ao invés de promover o respeito a diversidade e o direito à uma educação emancipatória e democrática. Além disso, a ausência de um ambiente seguro para discutir temas envolvidos com o despertar e desenvolvimento da sexualidade pode gerar consequências significativas no âmbito pessoal dos jovens, muitas vezes abalando sua saúde mental (Torquato et al., 2017). Por isso, é importante pesquisar quais são os ideais, a formação e as perspectivas de professores da rede pública em relação a esse assunto, uma vez que é papel do profissional da educação criar e gerenciar esses espaços de socialização saudáveis.

Investigando portanto as perspectivas de professores de ciências e biologia da rede pública de São Carlos-SP, foi possível deduzir que os docentes entrevistados consideram sua formação relacionada à Educação Sexual insuficiente para abordar temas que orbitam a sexualidade humana e seus aspectos afetivos e emocionais. O estudo demonstrou que há professores que só se sentiram seguros para discutir sobre o tópico após iniciarem sua atuação docente, ao criar uma comunicação orgânica e multidirecional com os alunos. Por outro lado, mesmo alguns tendo interesse pelo assunto e buscando compreender melhor suas nuances por conta própria, foi possível identificar dificuldades no processo. Esses obstáculos demonstram a necessidade em considerar um enriquecimento tanto na formação inicial quanto na formação continuada referente à Educação Sexual. O estudo

também identificou que os docentes, em grande parte, se sentem limitados pelo conteúdo curricular restrito oferecido, o que os impede de aprofundar as discussões sobre sexualidade de forma abrangente e contextualizada.

Além disso, foi observado que a maior parte dos entrevistados na verdade tem conhecimentos parciais sobre temáticas e discussões mais atuais, como é o caso do movimento LGBTQIAPN+ e a construção da identidade de gênero. Demonstrando se confundirem com frequência em relação aos conceitos de sexualidade, orientação sexual e gênero, havendo também forte tendência a estereotipização. Portanto, a atualização e inclusão de materiais informativos que vão além da educação sexual biologizante e restrita à fisiologia se mostra necessária. Encontrou-se nos resultados, a importância do desenvolvimento das habilidades socioemocionais dentro dessa temática, as quais vão de encontro ao bem estar mental dos jovens estudantes. Por outro lado, foi possível identificar significativo receio por parte dos professores entrevistados em discutir essas questões, principalmente por apresentarem medo de retaliação interna e externa à instituição, dificultando assim, uma educação mais democrática.

Essa pesquisa nos mostrou a importância de revisar e reformular a abordagem da Educação Sexual nas escolas, enfatizando a necessidade de uma formação inicial e continuada mais robusta para os professores. A formação inadequada e o currículo restrito contribuem para uma educação superficial e desatualizada, perpetuando preconceitos e limitando a capacidade dos docentes de abordar temas relevantes de forma eficaz. Para garantir uma educação mais inclusiva e emancipatória, é essencial integrar conteúdos que abordem a sexualidade de maneira abrangente, incluindo aspectos afetivos, emocionais e de identidade de gênero. A promoção de um ambiente seguro e acolhedor, onde os alunos possam explorar e entender essas questões, é fundamental para seu desenvolvimento integral e bem-estar mental. A pesquisa reforça a necessidade urgente de políticas educacionais que promovam a atualização constante dos materiais didáticos e capacitem os profissionais da educação para enfrentar com confiança e competência os desafios contemporâneos da Educação Sexual.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. **Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente.** Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), n. 13, p. 69–82, abr. 2013.

ALVES, A. N. **Práticas discursivas sobre a sexualidade na escola: identidade em (des) construção.** Linguagem & Ensino, 2018; 21, 349-366.4.

ALVES, J. A. C.; ROSSI, C. R. **Políticas públicas de gênero e sexualidade na educação: breve análise sobre a “ideologia de gênero”.** Educação: Teoria e Prática, v. 30, n. 63, p. 1–15, 2020.

ANCHETA, A. J.; BRUZZESE, J.-M.; HUGHES, T. L. **The Impact of Positive School Climate on Suicidality and Mental Health Among LGBTQ Adolescents: A Systematic Review.** The Journal of School Nursing, v. 37, n. 2, p. 75–86, abr. 2021.

BARROS, M. G. F. B., MIRANDA, J. C., **Abordagem do tema sexualidade no ambiente escolar.** Revista Educação pública. v.19, ed. 4. Fev. 2019

BRANCALEONI, A. P. L.; KUPERMANN, D. **Sexualidade, gênero e abjeção entre os muros da escola: um olhar da psicanálise.** In: PERINELLI NETO, H. (org.). Ensino, Diversidades e Práticas Educativas: pistas, experiências e possibilidades. Port Alegre, RS: Editora Fi, 2018

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em educação.** Porto: Porto Editora, 1994.

BORGES, J. P. A.; DE MOURA-FERREIRA, M. C. **Orientação sexual para adolescentes: conhecimento e prática de docentes das escolas públicas.** Rev. enferm.atenção saúde 2015; 4(1):89-96

BUENO, R. C. P.; RIBEIRO, P. R. M. **História da Educação Sexual no Brasil: apontamentos para reflexão.** Revista Brasileira de Sexualidade Humana, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 49–56, 2018.

BUTLER, J. (2016). **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CABRAL, C. D. S.; BRANDÃO, E. R. **Gravidez na adolescência, iniciação sexual e gênero: perspectivas em disputa**. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, n. 8

CAETANO, M. R. V.; GOULART, T. E. S.; DA SILVA, M. S. **Ensaio sobre a heteronormatividade: modos curriculares de aprendizagem das sexualidades e do gênero**. Atos de Pesquisa em Educação, v. 11, n. 2, p. 634, set. 2016.

CHAUÍ, M. **Repressão sexual essa nossa (des)conhecida**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CORBAGI, E. R. C. D. A.; BONZANINI, T. K. **Formação inicial do licenciado em ciências biológicas e o tema sexualidade**. Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio, p. 12–31, jun. 2021.

DARSIE, M.M.P., CARVALHO, A. M. P. **O início da formação do professor reflexivo**. Revista da Faculdade de Educação., São Paulo, v.22, n.2, p.90-108 jul./dez 1996

DESIDÉRIO, R. **O que é sexualidade? Representações conceituais de professores sobre sexualidade em escolas paranaenses**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 8, n. 4, p. 945–960, fev. 2014.

DINIS, N. F. **Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência**. Educar em Revista, n. 39, p. 39–50, abr. 2011.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Formação de Educadores Sexuais: adiar não é mais possível**. Londrina: Editora da UEL, 2006.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação Sexual: como ensinar no espaço da escola**. Revista Linhas, Florianópolis, v. 7, n. 1, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996

FRASER, M. T. D., GONDIM, S. M. G.. (2004). **Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa**. Paidéia (Ribeirão Preto), 14(28), 139–152.

FURLANETTO, M. F. et. all. **Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura**. Cadernos de Pesquisa. v. 48 n.168 p.550-571 abr./jun. 2018.

GARBAGNOLI, S. **Le Vatican contre la dénaturalisation de l'ordre sexuel: structure et enjeux d'un discours institutionnel réactionnaire**. Synergies Italie, n. 10, 2014, pp.145-67.

GUIMARÃES, A. M. D'ÁVILA N.; VIEIRA, M. J.; PALMEIRA, J. A. **Informações dos adolescentes sobre métodos anticoncepcionais**. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 11, n. 3, p. 293–298, jun. 2003.

HAGUETTE, T. M. F.. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2001. 224 p.

HOOKS, B. **Teaching to transgress: education as the practice of freedom**. London: Routledge, 1994.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia e a pedagogia da mídia**. Revista Belas Artes, 2024.

LEÃO, A. M. C.; RIBEIRO, P. R. M.; BEDIN, R. C. **Sexualidade e orientação sexual na escola em foco: algumas reflexões sobre a formação de professores**. Revista Linhas v. 11, n. 01, 2010.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16ª ed. Editora Vozes. Petrópolis: 2014.

MACHADO, P. S. **O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural**. Cadernos Pagu, n. 24, p. 249–281, jun. 2005.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. **Educação Sexual: Princípios para ação**. 2011.

MARTINS, C.B.G., et al. **O adolescer e a sexualidade: o conhecimento sobre o próprio corpo.** Revista Baiana de Saúde Pública v. 38, n.2 p.370-386 abr/jun. 2014

MELO, K.M.T; PONTES, V. M. A.; SOUZA, F. C. S. **Gênero e ensino na educação básica: questionar, subverter, (trans)formar.** In NUNES, A. O. (org.). Ensino na educação básica. Natal: IFRN, 2018. p. 40-64.

MIGUEL, L. F. **O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira.** Cadernos Pagu [online]. 2021, n. 62 [Acessado 1 Abril 2023], e216216. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449202100620016>>.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 9-29.

MISKOLCI, R. **Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”.** Cadernos Pagu, n. 53, 11 jun. 2018.

MOIZÉS, J. S.; BUENO, S. M. V. **Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental.** Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 44, n. 1, p. 205–212, mar. 2010.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. D. C. **Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces.** Ciência & Educação (Bauru), v. 12, n. 1, p. 117–128, abr. 2006.

NATAL-NETO et al. **A Criminalização das Identidades Trans na Escola: Efeitos e Resistências no Espaço Escolar.** Psicologia: Ensino & Formação. 7. 78-89. 2016.

PAPALIA, D. E. e FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano.** Porto Alegre, Artmed, 12^a ed. 2013

PINHEIRO, L. M. L. et al. **Metodologias educacionais utilizadas para o ensino de gênero e sexualidade aos adolescentes.** Revista de Extensão da UNIVASF, Petrolina, v. 11, n. 1, p. 60-72, 2023

REIS, T.; EGGERT, E. **Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros.** Educação & Sociedade, v. 38, n. 138, p. 9–26, jan. 2017.

RIZZATO, L. K. **Percepções de professores/as sobre gênero, sexualidade e homofobia: pensando a formação continuada a partir de relatos da prática docente.** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVA, T. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, E. (2018). **A 'Ideologia de Gênero' no Brasil: conflitos, tensões e confusões terminológicas.** Revista Periódicus. 1. 269-296. 10.9771/peri.v1i10.27923.

SILVA, S. M. P. D.; MACIEL, V. V.; FRANÇA, M. H. D. O. **Conservadorismo como instrumento capitalista em tempos de barbárie.** Revista Katálysis, v. 23, n. 2, p. 256–265, ago. 2020.

SOUZA, A. P.; MILANI, D. R. D. C.; RIBEIRO, P. R. M. **A educação sexual e o papel do educador: reflexões a partir de um contexto social em transformação.** Dialogia, n. 34, p. 95–106, 3 jun. 2020.

SPANIOL, C.; SPANIOL, M. M.; ARRUDA, S. N. **Gravidez na adolescência e educação sexual: percepções de alunas do ensino médio de um município da Serra Catarinense.** Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, vol. 19, n. 2, 2019.

TORQUATO, B. G. S.; OLIVEIRA, M. S.; OLIVEIRA, L. F. **O saber sexual na adolescência.** Revista Ciência em Extensão, v.13, n. 3, 2017

WAS – World Association for Sexual Health. **Declaração dos Direitos Sexuais.** Disponível

em:<http://www.worldsexology.org/wp-content/uploads/2013/08/DSR-Portugese.pdf>

WEAVER, H.; SMITH, G.; KIPPAX, S. **School-based sex education policies and indicators of sexual health among young people: a comparison of the Netherlands, France, Australia and the United States.** Sex Education, v. 5, n. 2, p. 171–188, maio 2005.

WILLEMANN, M. A. **A escolha certa: um jogo investigativo para a abordagem dos métodos contraceptivos.** Dissertação (Mestrado em Ensino de Biologia) Centro de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Tempo de atuação na Educação Básica.
2. No período em que passou pela formação de professores, como foi o enfoque sobre aulas de Educação Sexual?
3. Qual sua concepção de sexo, sexualidade e gênero? Há diferença entre os termos?
4. Qual seria a importância de abordar questões como sexualidade, orientação sexual e gênero nas escolas?
5. De que forma as aulas relacionadas a Educação Sexual podem contribuir com o enfrentamento da discriminação?
6. As orientações em relação ao ensino do tema no documento da BNCC são rasas e tratam mais sobre métodos contraceptivos, IST's e mudanças no sistema endócrino. Quais poderiam ser os impactos na formação dos alunos levando em consideração apenas esses tópicos e vendo o conteúdo de uma perspectiva médico-higienista?
7. Quais aspectos você leva em consideração ao explicar IST's e gravidez precoce?
8. Como você procura relacionar, dentro de sala de aula, o conteúdo com a atualidade e cotidiano dos jovens?
9. De que maneira os profissionais da educação poderiam estar melhor preparados para trabalhar com o tema e não sentirem tanta dificuldade?

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE METODOLOGIA DE ENSINO
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Resolução CNS 510/2016)

SEXO E SEXUALIDADE: A PERSPECTIVA DO TEMA POR PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DE SÃO CARLOS

Eu, Viviane Gomes dos Santos, estudante de Graduação em Ciências Biológicas da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar o (a) convido a participar da pesquisa “SEXO E SEXUALIDADE: A PERSPECTIVA DO TEMA POR PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DE SÃO CARLOS” orientada pela Profa. Dra. Mariana dos Santos.

Devido à escassez de informações sobre sexo adequadas e confiáveis disponíveis para os jovens e à questão moral que reprime discussões sobre o amplo espectro da sexualidade humana, torna-se imperativo que o tema seja considerado um dos conteúdos mais relevantes em todo o currículo da Educação Básica, visto que o tópico em questão é intimamente relacionado a nossa identidade enquanto ser humano e ao bem estar coletivo. Nesse sentido, é crucial entender as perspectivas dos professores que atuam na rede pública de ensino em relação à abordagem da Educação Sexual nas escolas, o processo de formação desses docentes em relação ao assunto e suas iniciativas para enfrentar a censura e o conservadorismo advindos de grupos extremistas.

Você foi selecionado (a) por ser profissional efetivo do sistema municipal de ensino da cidade de São Carlos / SP, cidade onde o estudo será realizado. Você será convidado a responder uma entrevista semiestruturada com tópicos sobre a abordagem de temas envolvendo sexo e sexualidade humana em sala de aula.

A entrevista será individual e realizada no próprio local de trabalho ou em outro local, se assim o preferir. As perguntas não serão invasivas à intimidade dos participantes, entretanto, esclareço que a participação na pesquisa pode gerar desconforto como resultado do tabu ainda existente sobre o assunto. Diante dessas situações, os participantes terão garantidas pausas nas entrevistas, a liberdade de não responder as perguntas quando a considerarem constrangedoras, podendo interromper a entrevista a qualquer momento. Serão retomados nessa situação os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa possa trazer.

Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que

poderão trazer benefícios para a área da Educação, para a construção de novos conhecimentos e para a identificação de novas alternativas e possibilidades para o ensino de ciências e educação sexual, além de encontrar maneiras para combater a discriminação e naturalizar o assunto.

Sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação. A qualquer momento o (a) senhor (a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo profissional, seja em sua relação ao pesquisador, à Instituição em que trabalha ou à Universidade Federal de São Carlos. Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação.

Solicito sua autorização para gravação em áudio das entrevistas, as gravações realizadas durante a entrevista semiestruturada serão transcritas pela orientanda, garantindo que se mantenha o mais fidedigno possível. Depois de transcrita será analisada.

Você receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pela pesquisadora principal, onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

Este projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP)** da UFSCar que está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da universidade, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. Telefone: (16) 3351-9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30.

O CEP está vinculado à **Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)** do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br.

Dados para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisador Responsável: Mariana dos Santos

Endereço: Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas.

Rodovia Washington Luiz - do km 235,702 ao km 239,002 - lado par. Jardim Guanabara

13565800 - São Carlos, SP - Brasil

Contato telefônico:(16) 33518000-Ramal: 8662

E-mail: marianasantos@ufscar.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Local e data:

Nome do Pesquisador

Nome do Participante